

A PERSPECTIVA DO VALOR DE INFORMAÇÃO: aplicação teórica no Laboratório de Tecnologias Intelectuais¹

THE INFORMATION VALUE
PERSPECTIVE: theoretical
application in the Intellectual
Technologies Laboratory

Isa maria Freire

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7603-1872>

Doutora em Ciência da Informação. Professora associada da Universidade Federal da Paraíba. Docente permanente no programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa Informação e Inclusão Social (CNPq)
isafreire@globo.com

¹

Pesquisa apoiada pelo CNPq no âmbito do Edital de Bolsas de Produtividade. Processo no. 310891/2019-1.

RESUMO: Compartilha os primeiros resultados da pesquisa “O Laboratório de Tecnologias Intelectuais como valor de informação”, em desenvolvimento no Departamento de Ciência da Informação, em cooperação com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Apresenta o modelo teórico do Regime de Informação, o modelo operativo da Rede de projetos e as ações de informação em curso no espaço social constituído pela comunidade acadêmica, em níveis de graduação e pós-graduação. Discute as relações entre ações formativas, de mediação e relacionais, considerando as abordagens de González de Gómez e Collins e Kush e a proposição de uma “teoria da ação” de Wersig e Windell, no âmbito do regime de informação do campo da pesquisa. Nesse contexto considera que é possível entender que as ações de informação na rede de projetos do regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais se caracterizam como um valor de informação em si, produzido e direcionado para uma forma de vida constituída pela comunidade acadêmica que atua no campo da Ciência da Informação. Espera-se que a continuidade da pesquisa ofereça novos e reveladores insights e reafirme a perspectiva do Laboratório de Tecnologias Intelectuais como valor de informação, ou informação em si, ao mesmo tempo em que se revele como espaço social para uma experiência de intervenção no regime de informação de uma forma de vida acadêmica, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Regime de informação. Ações de informação. Valor de informação. Gestão da informação. Laboratório de Tecnologias Intelectuais.

ABSTRACT: Shares the first results of the research “The Laboratory of Intellectual Technologies as an information value”, under development in the Information Science Department, in cooperation with the Information Science Graduate Program at the Federal University of Paraíba. It presents the theoretical model of the Information Regime, the operational model of the Project Network and the information actions underway in the social space constituted by the academic community, at undergraduate and graduate levels. It discusses the relationship between formative, mediation and relational actions, considering the approaches of González de Gómez and Collins and Kush and the proposition of a “theory of action” by Wersig and Windell, within the scope of the information regime of the research field. In this context, it considers that, it is possible to understand that the information actions in the network of projects of the information regime of the Laboratory of Intellectual Technologies are characterized as an information value in itself, produced and directed towards a way of life constituted by the academic community that operates in the field of Information Science. It is hoped that the continuity of the research will offer new and revealing insights and reaffirm the perspective of the Laboratory of Intellectual Technologies as an information value, or information in itself, while revealing itself as a social space for an intervention experience in the regime of information about an academic way of life in Brazil.

KEYWORDS: Information regime. Information actions. Information value. Information management. Intellectual Technologies Laboratory.

1 Introdução

O Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTI vem desenvolvendo suas atividades no sentido de consolidar sua ação integrada de pesquisa–ensino–extensão para facilitar o acesso livre à informação científica e tecnológica e promover competências em tecnologias intelectuais para produção e uso da informação, na Internet.

Nosso escopo teórico utiliza o modelo de rede conceitual, proposto por Wersig (1993) e aplicado por Freire (2001), a partir do construto de responsabilidade social da Ciência da Informação (Wersig; Neveling, 1975) relacionado ao uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. A teia teórica inclui, também, os conceitos de tecnologias intelectuais (Lévy, 1994), regime de informação (González de Gómez, 1999 e 2003; Freire, 2013), competências em informação (Belluzzo, 2001) e redes virtuais de aprendizagem (Freire, 2004).

A abordagem metodológica apresenta um caráter participativo, tanto em nível da articulação com os espaços sociais e institucionais quanto em nível da produção e comunicação de informação e conhecimento. No desenvolvimento da pesquisa, adotamos os modelos da pesquisa-participante (Freire, 1998; 2008; Espírito Santo, 2003), como fundamento para interação entre os participantes, e da pesquisa-ação (Thiollent, 1997, 2000), como base para a necessária integração entre as ações em desenvolvimento. A abordagem se fundamenta na própria ‘cultura informacional’ dos participantes, que desenvolvem coletivamente o processo de produção e compartilhamento de tecnologias intelectuais de informação, constituindo uma rede de aprendizagem, conforme Freire (2007, p.39), *pari passu* a reflexão sobre modelos de ação para desenvolvimento de competências em informação na “sociedade do aprendizado contínuo”.

Os resultados LTI têm sido promissores, em especial pela oportunidade de emergência de uma rede e virtual de produção e compartilhamento de informações, promovendo o aprendizado científico e a apropriação de tecnologias intelectuais pelos participantes. Nesse contexto, estamos contribuindo para democratização

das tecnologias de uso, produção e compartilhamento da informação em ambientes virtuais, com uma análise teórica e a regulamentação de ações, dispositivos e artefatos que compõem o LTI.

2 Contexto teórico

Desde 2009 o LTI vem desenvolvendo uma rede virtual de aprendizagem para produção de serviços e artefatos de informação disponíveis no Portal LTI, com apoio de mídias sociais virtuais. Nossa análise, ao longo do tempo, confirmou os indícios de que as ações de informação se iniciam e desenvolvem em um regime de informação a partir de atores sociais, mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais aceitos pela forma de vida e apoiados em tecnologias de informação e comunicação, conforme proposto por González de Gómez. Nesse processo, também são objeto de estudo a possibilidade de emergência de uma inteligência coletiva no grupo de participantes e a ideia de uma competência ética como fundamento à prática da responsabilidade social dos profissionais da informação.

No presente projeto, compartilhamos especialmente o papel dos atores e ações de informação na constituição de um valor de informação na sociedade em rede, a partir da experiência com a aplicação do modelo de González de Gómez ao LTI. Vale ressaltar que se trata de oportunidade única de acompanhar, desde o início, a experiência de um grupo reunido por laços sociais para criação e distribuição colaborativas de produtos e serviços de informação. Entretanto, ainda há muito a investigar e novas abordagens a acrescentar à trama da teia interdisciplinar que une os fios conceituais dessa experiência.

2.1 Uma abordagem das ações de informação

Em texto de 1999 (p. 2), González de Gómez explicita seu objetivo de “demonstrar a validade acerca dos aspectos seletivos e decisoriais da construção de

valores de informação por indivíduos, atores coletivos e organizações”.² Para a autora, embora a tendência na área da Ciência da

2

A temática é abordada pela autora em vários artigos, dos quais este de 1999 nos parece seminal. .

Informação seja abordar em separado os problemas de informação, na perspectiva dos produtos e serviços, ou da gestão da informação, há espaço para estudá-los a partir do questionamento dos aspectos decisórios e seletivos das práticas e ações de informação. Pois “essas práticas intervêm na própria constituição de algo a ser designado como informação, ou domínio da informação, ex ante” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.3), criando uma assimetria estrutural, uma vez que na sociedade contemporânea

[...] as possibilidades de escolha dos sujeitos sociais, no processo de constituição de um valor de informação, ocorrem no horizonte de um paradoxo: por um lado, os sujeitos detêm autonomia para escolher, mas, por outro, a sociedade demanda e produz regimes de informação cada vez mais hegemônicos.

No desenvolvimento de sua abordagem, González de Gómez (1999, p.3) encontrou na “teoria da ação” de Wersig e Windell (1985) uma conceituação que permite uma perspectiva situacional dos problemas de informação, os quais “remetem a complexos de atividades e situações ancoradas no tempo e no espaço, os quais demandam uma diversidade de procedimentos e respostas gnoseológicas”. A “teoria da ação” abriria espaço para estabelecer distinções de caráter social e contextual, relacionando a atuação da Ciência da Informação ao domínio da confluência dos contextos da comunicação, do conhecimento e da ação:

A principal ideia é que “ação” e “comportamento” estão intimamente relacionados, mas são utilizados para diferentes fins e, portanto, são mais distinguidos pelos critérios que o analista aplica a eles por sua natureza. Quando nos preocupamos com o “comportamento”, concentramo-nos no que é observável, enquanto que quando falamos de “ação” existe a intenção do ator de conseguir algo e essa intenção torna a ação “significativa” pelo menos para o ator. Ao olhar para “ações”, somos sempre confrontados com a questão de entender o sentido subjacente.

Assumimos que a “ação” é o resultado da interação de muitos componentes diferentes, onde os componentes podem ser descritos em níveis hierárquicos diferentes (ou “camadas” se preferir um modelo analógico em camada). Cada nível é visto como formando um espaço n-dimensional, do qual, ao diferenciar as dimensões do nível superordenado, os espaços n-dimensionais mais específicos podem ser diferenciados. Cada nível constitui potenciais específicos de “ação”, de modo que uma ação específica deveria estar localizada por vetores em cada nível. (WERSIG, WINDELL, 1985, p.18 citados por GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.17. Tradução nossa)

Na abordagem de González de Gómez (1999, p.5), “a ação social se assenta na força da relação de interlocução, que se estabelece ao mesmo tempo em que a definição do vínculo social, conforme uma forma específica de comunicação e de transferência de informação”.

Como essas premissas têm implicações sociais e ético-políticas, a autora buscou fios conceituais na reconstrução das teorias sociais da ação, como as de Bordieu e Habermas, na abordagem das práticas-discursivas de Foucault e em abordagens antropológicas, como a de Geertz, e sociológica, como a de Collins e Kush. E ressalta que enquanto essas abordagens privilegiam o lado intencional, auto-referencial e de autogestão da ação coletiva e individual, outras abordagens acentuam o aspecto encoberto, a opacidade das configurações de ações e relações sociais presentes no processo de constituição de um “valor de informação”.

E assim chegamos às ações e relações sociais existentes nos inúmeros e diversificados regimes de informação coexistentes na sociedade contemporânea, onde “as redes são estruturas comunicativas” (CASTELLS, 2015, p.66) e, como visto, o ex ante se transmudou em aqui e agora (FREIRE, 2003).

González de Gómez (1999) entende que do ponto de vista semântico-pragmático um valor de informação se constitui por regras, na maioria das vezes implícitas e habituais no grupo de sujeitos. Do ponto de vista da estruturação meta-informacional, sua constituição responde a regras formalizadas, padrões convencionais e

contratos, e do ponto de vista das infraestruturas poderá ser vista como objeto modelável. No curso das suas reflexões a autora consolida sua reconstrução da ação de informação como uma ação estratificada, sendo que cada uma dessas estratificações seria definida e organizada por um plano de regras que se manifesta como definição de valores de informação, seja como modelo, design ou norma técnica, ou como “padrões de fato”³, ou como micropolíticas organizacionais.

³ Apoiada em Bearman e Sochats (1996), González de Gómez (1999, p.11) usa o termo para identificar a escolha e aplicação de tecnologias na constituição de um valor de informação, na medida em que são selecionadas “dentre as ofertas tecnológicas no mercado de indústria de informação”, estabelecendo possibilidades e limites de relacionamento com outros recursos tecnológicos.

Quadro 1 - Estratos da informação e quadro normativo

PLANOS DE CONSTITUIÇÃO DAS REGRAS		QUADRO NORMATIVO
Redes prático-discursivas [informação]		Critérios de validade e aceitação da informação
Arcabouços organizacionais [meta-informação]		Micropolíticas organizacionais
Mediação técnico-tecnológica [modelos, processos, artefatos, tecnologias]	Concepção de serviços, redes e interfaces	Modelos operacionais, normas Técnicas, [regras]
	Infraestrutura computacional e telemática	Padrões “de fato”

Fonte: GONZALEZ DE GÓMEZ, 1999. Contribuições entre colchetes

Nesse contexto, “as configurações e qualidades de uma ação de informação são múltiplas e só podem ser reconstruídas em contextos específicos, de modo que não existe isomorfismo entre os universos de informação e os universos por eles referenciados” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 4). Assim, “a estrutura, organização e conteúdo de uma unidade informacional remete, antes, às ações e aos agentes que a produzem e organizam do que aos conteúdos do mundo natural e social aos quais apontam, bem como a seus universos de referência discursiva”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 4). De modo que, para a autora, a construção de “valores de informação” é orientada por regras construídas por sujeitos coleti-

vos cujas práticas e discursos concretos estão ancorados no tempo e no espaço. É aqui que encontramos os atores sociais em suas formas de vida. Esses sujeitos são considerados “atores sociais” quando existe

[...] algum grau de institucionalização e estruturação das ações coletivas dos quadros conceituais e das estratégias prático-discursivas, as quais agenciam diferenciais para configurar ações formativas que singularizem e sustentem expectativas de reconhecimento social desses sujeitos. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 24)

A autora faz uma distinção entre “atores sociais” e “atores gnoseológicos”: enquanto os primeiros podem ser reconhecidos por suas formas de vida, construindo suas identidades através de ações formativas, os atores gnosiológicos são atores sociais cujas ações formativas são, de modo dominante, ações de informação:

A relação entre ator social, ação formativa e valor de informação é a junção que define as ações de informação. Nesse contexto são construídos e aceitos certos valores de informação, em situações que demandam processos sociais de arbitragem, tais como os de produção de conhecimentos científicos. De modo que a toda ação formativa corresponde uma ação informacional. Denomina-se, ator gnosiológico ao ator social (cientista, pesquisador, tecnólogo) cuja ação formativa é a ação de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.24)

Instala-se, então, uma nova assimetria entre as ações de informação: enquanto para todos os atores sociais é a ação social formativa que vincula e tematiza as ações de informação, aos atores gnosiológicos, cuja ação formativa é a ação de informação em si, a vinculação tematiza e organiza suas ações sociais. É nesse contexto que González de Gómez (1999, p.22) usa o conceito de “formas de vida” conforme Geertz (1998), o qual pode ser aplicado a um campo profissional, como o dos pesquisadores numa área do conhecimento científico:

Numa área de pesquisa, entendida como “forma de vida”, regras intersubjetivas de um “contrato local” serviriam de mediação entre a autonomia semântica do pesquisador

individual e o poder simbólico das instituições. As regras não são fixas nem imutáveis: estão sujeitas à reformulação e à negociação.

Enquanto atores sociais os atores gnosiológicos, por sua vez, são

[...] produtores de um discurso coletivo sobre a ciência e a produção do conhecimento, o qual agrega todas aquelas estratégias próprias dos atores sociais que, ora de modo crítico e politicamente articulado, ora de modo corporativo, procuram a reprodução ampliada de suas próprias categorias e identidades sociais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.25)

Assim, para González de Gómez (1999, p.24), no âmbito de uma forma de vida, “a vinculação gnoseológica tematiza e organiza [as] ações sociais”, de maneira que “Uma ação de informação se exerce [através da] articulação entre os planos ou estratos informacional e meta-informacional”. O estrato meta-informacional demarca o contexto em que uma informação tem sentido: trata-se de um plano que “regula e orienta as operações de relação [tendo] como núcleo um valor de informação, estipulando o domínio relacional a partir do qual [...] pode desenvolver valores cognitivos, conforme uma práxis preferencial”. Desse modo, os múltiplos estratos de informação são organizados conforme um interesse e se orientam para um “agir ou fazer” no contexto social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 5).

O plano de articulação informacional responde “às condições daquilo acerca do que se informa, estabelecendo relações na dimensão cultural, cognitiva, ética e estética, nas quais estão ancoradas suas referências semânticas e de conteúdo”. Nesse sentido, remete a uma formação discursiva e aos seus universos de referência: “Toda ação que constrói um novo valor de informação age a partir de algo que a precede e reúne uma memória de ações de informação [...], bem como instrumentos e meios disponibilizados pelo ambiente cultural” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 5). São os dispositivos do regime de informação.

A autora denomina dispositivo de informação a tudo que, “como matéria informada, mediação maquínica, ou passado instituído do mundo social, condi-

ciona uma ação de informação [podendo] atuar como variável causal na ocasião pontual de sua intervenção” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 5). O dispositivo é algo que acontece no processo de operacionalização das ações de informação e que

[...] não pode ser definido a priori por sua intenção e direção (semelhante a um “aparelho ideológico de Estado”), nem possui a neutralidade que o torna um instrumento para qualquer orientação ou intenção posterior (como no conceito de “recurso de informação”). Sendo aquilo que se define em seu campo de operação, um dispositivo possui, desde seu início, regras de formação e de transformação (p. 26). Quando o aspecto material da cultura é enfatizado, fala-se em artefatos de informação ou objetos informacionais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 5)

De modo geral, um dispositivo de informação é constituído sobre dispositivos anteriores de informação, que atuam como seu preenchimento estratégico, em um dado regime de informação.

A reutilização é parte do dispositivo. As redes de comunicação remotas, nessa concepção, seriam num primeiro momento herdeiras dos conteúdos informacionais já disponíveis em meio digital, independentemente de gerar outros recursos, e de modificar conforme os novos sistemas de inscrição os repositórios já existentes. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 26)

A autora destaca que um regime de informação comporta inúmeros dispositivos de informação, desdobrando-se

[...] num conjunto de redes formais e informais, nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores através de muitos e diversos meios, canais e organizações, para diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam usuários específicos ou públicos amplos. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 27)

Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata - e também porque nele ocorrem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados. Nesse contexto, o que se denomina “informação” é

constituído a partir de formas culturais de semantização de nossa experiência do mundo e dos seus desdobramentos em atos de enunciação, interpretação, transmissão e inscrição. Essas condições de possibilidade e de realização de uma ação de informação abrangem condições, regras e recursos de locução, transmissão, inscrição e decodificação, definidas pelas disponibilidades materiais e infraestruturais nas quais se inscreve a ação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003a, p. 32). Por essa razão, a autora sustenta que ações de informação tanto podem orientar-se à reprodução quanto à mudança dos regimes de informação, direcionando o fluxo e distribuição de informação entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões.

2.2 Tipologia das ações de informação

É nesse contexto que González de Gómez (1999, p. 19) introduz o conceito de “forma de vida”, compreendido como o complexo de sujeitos e práticas informacionais e não informacionais, ou seja, aos espaços sociais onde sujeitos coletivos realizam práticas significativas e mais ou menos duradouras. Conforme Geertz (1998), essas “formas de vida” organizam vivências e interpretações intersubjetivas e nelas valores de informação serão aceitos, nos processos de comunicação, inferência ou argumentação. Por sua vez, Collins e Kush (1999) falam de “ações formativas” como aquelas que ao fazerem sentido para um grupo social lhes dá, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença a partir das quais o grupo colocará suas demandas de reconhecimento na sociedade. Para os autores, se o agir é próprio de cada sociedade, dentro da qual algo “faz sentido” ou “não faz sentido”, as ações formativas, pertinentes ao coletivo de uma “forma de vida”, seriam as que fazem de uma sociedade aquilo que ela é e a diferenciam de outras sociedades.

Nesse sentido, as instituições constituem variáveis com diversos graus de valor, de modo que podem se estender de uma ação com um mínimo de acordo entre os participantes até uma ordem instituída e formalizada, que pode ser coercitiva e de pretensões totalizadoras em seu domínio de intervenção. Nesse plano, os atores constituem e reconstituem continuamente as instituições através de suas ações e

decisões: a instituição social não é nem fixa nem preestabelecida, mas em cada caso exerce algum tipo de “co-ação” (ação cooperativa) no domínio de sua intervenção (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 19).

Considerando as formas de vida e as instituições como “conjuntos de ações que se articulam”, Collins e Kush denominam esse recíproco entrelaçamento de “ações formativas”: as formas de vida e as ações formativas mantêm certas características de autorreferência e validação em diferentes escalas de sua realização, o que as faria semelhantes a fractais:

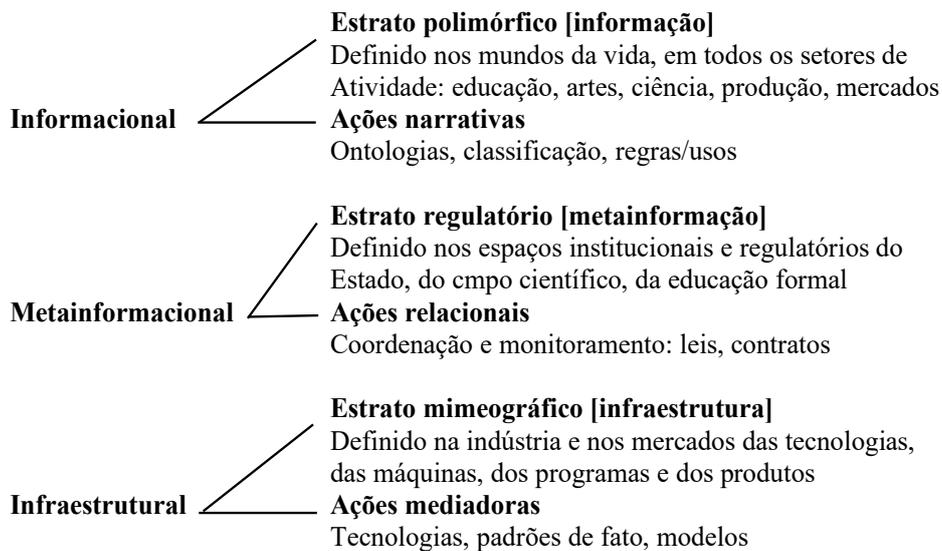
Existe assim um elo entre formas de vida de maior extensão (sociedades), formas de vida que compõem as sociedades (guerra, esporte) e formas de vida menores (um esporte particular). E quando descermos na escala encontraremos que não falamos mais de formas de vida, mas de ações que são tipicamente executadas dentro delas. (COLLINS; KUSH, 1999, p.17 citados por GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 19).

A abordagem de Collins e Kush tem como princípio ocupar-se de tipos de ações e não de ações singulares, estabelecendo as diferenças entre ações mimeomórficas e polimórficas. As ações mimeomórficas abrangem componentes operacionais e comportamentais que são de caráter genérico e com baixa potência de singularização, com demandas e conteúdos culturais da máxima plasticidade e polimorfismo. “As ações polimórficas caracterizam-se pelo fato de que envolvem uma variedade de comportamentos para executar a mesma ação na mesma situação” (COLLINS; KUSH, 1999, p. 19).

Nesse contexto, González de Gómez (1999) propõe que as práticas e atividades sociais de informação são combinações híbridas de ações polimórficas e mimeomórficas, as quais podem ser vistas tanto em sua especificidade quanto em sua complexidade e articulação. Conforme a autora, do ponto de vista das ações de informação o importante é observar a relação entre ação coletiva e forma de vida, ou comunidade de práticas socioculturais, que “constituíram o arcabouço social dos processos seletivos e decisórios, tácitos ou implícitos, que levam a constitui-

ção de um valor de informação pelos atores que agenciam as ações de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 24). Isso posto, uma “ação de informação” pode ser vista como um conjunto de estratos heterogêneos e articulados, que ocorrem de modo paralelo e simultâneo ao longo de todo o desenvolvimento de uma atividade ou processo.

Figura 1 - Assimetrias e interfaces dos estratos das ações de informação



Fonte: Elaorado pela autora

No domínio do estrato informacional estamos imersos nas formações discursivas das comunidades de informação: esse estrato é polimórfico e expressivo de todas as heterogeneidades e singularidades dos sujeitos e dos seus “mundos de vida”. Aqui, as ações de informação acontecem como ações narrativas, relacionadas às múltiplas formas culturais de produção de sentido. O domínio meta-informacional, de estruturação regulatória, é aquele onde se estipula o domínio relacional ou contexto dentro do qual algo apresenta ou representa um valor de informação. Por sua vez, o domínio de infraestruturas tecno-econômicas remete àquilo que disponibiliza e deixa disponível um valor de informação como sua mediação sócio-cultural.

Nesse contexto, e tomando como apoio as categorias de Collins e Kush (1999),

González de Gómez (2003a, p. 36) reconhece três modalidades de manifestação de uma ação de informação, conforme o contexto de sua constituição:

- formativa, quando a ação de informação é orientada à informação não como meio, mas como sua finalização;
- de mediação, quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação;
- relacional, quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que - ainda quando de autonomia relativa - dela obtém a direção e fins.

A ação mediadora ocorre quando a informação enquanto tal faz parte de uma ação de informação que intervém como mediação no contexto de outra ação social: o sujeito dessa ação de informação é um “sujeito funcional”, cujas práticas e motivações serão definidas pelo contexto acional em que atua, dentro das múltiplas atividades sociais e seu domínio de constituição é a práxis. Quando a informação é constituída no contexto de uma ação informacional formativa inicia uma nova cadeia, ou domínio informacional, a partir de uma manifestação de sujeitos sociais heurísticos ou “experimentadores”: trata-se de manifestação do domínio da poiesis. Para González de Gómez (2003a) esta modalidade de ação de informação é gerada por sujeitos transformadores dos modos culturais de agir e de fazer, nas artes, na política, na ciência, na indústria e no trabalho.

Por sua vez, quando uma ação de informação tem como objeto de referência ou de intervenção outra ação de informação, duplicando assim seu espaço de realização e ampliando as formas da descrição, da facilitação, do controle ou do monitoramento, pode-se chamá-la relacional. Estas são ações realizadas por sujeitos articuladores que executariam, em grande parte, uma forma de atividade que teria a maior expansão no mundo contemporâneo: o trabalho relacional ou interativo. Esses sujeitos agem no domínio do “legein”, da reunião e da articulação dos sujeitos e dos estratos.

Quadro 2 - Teleologia das ações de informação

Estratos	Modalidades	Práticas	Atores	Finalidades
Informacional [redes prático-discursivas]	Formativa ou finalista Ações polimórficas [informação]	Heurísticas e de inovação [profissionais]	Sujeitos sociais experimentadores Poiesis ⁴	Transformar o conhecimento para transformar o mundo
Meta-informacional [instituições]	Regulatória Política e gestão [Contratos, estruturas, regras, organização]	Coordenação e monitoramento [organizacionais]	Sujeitos sociais articuladores e reflexivos Legein ⁵	Transformar a informação e o conhecimento que orientam o agir coletivo
Infraestrutural [tecnologias]	Mediadora Ações imeomórficas [Artefatos]	Múltiplas, nos inúmeros setores da produção social	Sujeitos sociais funcionais Práxis ⁶	Transformar o mundo social ou natural

Fonte: Adaptado de GONZALEZ DE GÓMEZ, 2003a. Contribuições entre colchetes

As subjetividades constituídas nos modos da práxis, da poiesis e o legein teriam, sobretudo, o caráter de figuras e possibilidades que estariam, em princípio, ao alcance de todos os grupos sociais e indivíduos.

A fixação de papéis e de modalidades de ação de informação atende à divisão social do trabalho, incluído o trabalho da cognição. Em síntese, toda ação de informação tem uma orientação afim, mas só num caso essa finalidade é a geração de informação como potência e competência de transformação – nela mesma. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003a, p. 37)

A nosso ver, este é o caso do fenômeno informacional representado pelo LTI, no qual se constitui um valor de informação no âmbito da forma de vida acadêmica na área de Ciência da Informação, no regime de informação da UFPB, mediante

⁴ A palavra, de origem grega, indica a ideia de criar ou fazer (ação).

⁵ De origem grega, a palavra significa pensamento, palavra (discurso).

⁶ A palavra, de origem grega, significa prática, atuação (ação concreta).

processos de proposição, modelização, aplicação e acompanhamento de ações para produção e comunicação colaborativas de informação na Internet.

3 A perspectiva do LTI como *valor de informação*

Conforme González de Gómez (1999), definidas por seu papel relacional num domínio de redes narrativas, sociais, técnicas e institucionais, a informação e a ação de informação só podem vir a ser identificadas e definidas no âmbito de uma cadeia de relações que tenha sua especificidade no contexto social de sua constituição, no âmbito de uma dada forma de vida. Sua ancoragem nesse contexto dependerá, contudo, das figuras de intersubjetividade que tecem os fios implicados nessas ações, a partir das quais se estabelece se existe ou não um valor prático e factível nos elos da cadeia de informação estabelecida entre os atores, no regime de informação.

Aplicando o modelo da autora ao LTI, observamos que é possível abordá-lo como um fenômeno informacional em curso no âmbito de uma forma de vida social, corroborando nossa hipótese no que diz respeito à participação dos atores sociais envolvidos na constituição desse “valor de informação”. Enquanto fenômeno informacional, como não poderia deixar de ser, o LTI ocorre mediante ações de informação desenvolvidas por sujeitos sociais, individuais e organizacionais, que “articulam um valor preferencial de informação atuando em um dado regime de informação em uma dada forma de vida”, tal como entende González de Gómez (1999, p. 3).

É nesse espaço social e cultural que atuam os sujeitos que compartilham uma forma de vida - no caso do LTI a forma de vida acadêmica, no âmbito da comunidade da Ciência da Informação - e onde se entrelaçam domínios, estratos e modalidades das ações de informação desde seus aspectos relacional e formativo, de coordenação, inovação, criação e aplicação de modelos, ressaltando sua característica de mediação pela disponibilização de artefatos e serviços de informação virtuais.

Quadro 3 - Descrição das ações de informação no LTI

Domínios	Campo	Finalidades	Ações no LTI
Informacional [<i>poiesis</i>]	Acadêmico [comunidade]	Transformar o conhecimento para transformar o mundo	Formação de competências: ensino, pesquisa, extensão. Comunicação científica
Meta- Informacional [<i>legein</i>]	Político [regulatório]	Transformar a informação e o conhecimento que orientam o agir coletivo	Relações entre as ações no regime de informação do LTI — análise, reflexão, modelos.
Infra-estrutural [<i>praxis</i>]	Sócio-cultural [tecnologias]	Transformar o mundo	Mediação de objetos de informação na <i>web</i> .

Fonte: Elaorado pela autora

Nesse contexto, as ações de mediação, formativas e relacionais integram um mesmo campo de orientações estratégicas e, como consequência, “a política e a gestão da informação formarão parte do mesmo plano decisional e prospectivo ao qual pertence à política e a gestão da ciência e tecnologia” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 61). No caso do LTI, foi possível propor uma ação de informação no âmbito da política governamental de fomento à pesquisa e desenvolvimento, por meio de editais do CNPq, para promover a produção cooperativa dos participantes através de uma rede de projetos. Nesse sentido, as atividades acadêmicas desenvolvidas podem ser vistas como “ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem”, como esclarece González de Gómez (2003b, p. 61) sobre o objeto de estudo da Ciência da Informação.

Nessa ambiência, e em conformidade com os modelos teórico e operativo descritos, as ações da rede de projetos para disseminação, produção e comunicação da informação contribuem para o desenvolvimento de habilidades de busca, recuperação, propagação e apropriação de informações relevantes por usuários na sociedade — quadro de referência em que se fundamenta a proposta do LTI.

Na perspectiva do estrato semântico-pragmático de informação, trata-se de projeto direcionado ao setor científico e tecnológico da produção social, particu-

larmente à comunidade científica e acadêmica e aos profissionais da informação, cujos dispositivos e artefatos estão disponíveis na Internet. Nesse sentido, o domínio polimórfico das ações expressa as “heterogeneidades e singularidades dos [mundos de vida] dos sujeitos”, como esclarece González de Gómez (2003a, p. 34) em relação às características dos atores sociais (produtores e usuários) no regime de informação da sociedade em rede. Sua diversidade de formas de serviços e produtos de informação se expressa na interface do LT*i* na Internet.

No estrato de infraestruturas tecnológicas de informação, as ações dizem respeito à produção dos artefatos de informação na rede de projetos do LT*i*, dos quais o portal virtual é o principal representante. São resultantes de ações formativas compartilhados com a sociedade através de ações de mediação desses objetos de informação no Portal LT*i* e em mídias sociais virtuais como blog, Twitter, Facebook e Instagram. As ações formativas se articulam, também, com as ações relacionais, na medida em que relatos de experiência e de pesquisa são compartilhados com a comunidade científica mediante comunicações em eventos e publicação de artigos em periódicos.

Na perspectiva do estrato de meta-informação, as ações de informação do LT*i* se inserem nos espaços institucionais do Estado (mediante as políticas governamentais de fomento à Ciência e Tecnologia, a partir de editais públicos), do campo científico (na produção e compartilhamento cooperativos da informação e conhecimento), da educação formal (por estar vinculado a instituição de ensino superior), da legislação (por ter suas práticas orientadas por regulamentos) e dos contratos (mediante termos de concessão de recursos). É neste estrato regulatório que

[...] se estipula o domínio relacional [...] dentro do qual algo apresenta ou representa um valor de informação [...] o contexto a partir do qual aquilo que adquire caráter de informação pode desenvolver valores cognitivos, constituir evidências probatórias, servir de apoio a decisão ou ser insumo de ações instrumentais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003a, p. 35. Destaque nosso).

Este estrato é representado pelas atividades de pesquisas propriamente ditas, cujos projetos concorrem a apoio institucional através, de editais de instituições de fomento à pesquisa científica, e estão apoiadas em contratos de alocação de recursos ou de programas específicos de apoio às atividades acadêmicas na UFPB, em nível da graduação e pós-graduação. Este é o domínio relacional onde as ações do LTI também assumem sua feição de informação em si (mediação semântico-pragmática), criando, nesse processo, evidências comprobatórias sobre pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos da pesquisa, validando seus resultados na comunidade científica.

No regime de informação do LTI as ações de mediação estão representadas pelas ações cooperativas para produção e compartilhamento de artefatos, ou objetos relacionais, na interface virtual do projeto na Internet. Essas ações estão atreladas às ações formativas para produção de artefatos, em curso na graduação e pós-graduação, bem como às ações relacionais representadas pela produção de dispositivos regulatórios e relatos de pesquisa.

Das articulações entre ações formativas, relacionais e de mediação resultam projetos de formação para competências em tecnologias intelectuais digitais de informação, de experimentação de modelos de políticas e gestão da informação, e de proposição de dispositivos e artefatos de informação a partir da experiência e do diálogo entre docentes e discentes. Na dinâmica das ações relacionais, estas tanto se articulam separadamente com ações formativas e de mediação, nas atividades de produção e compartilhamento de dispositivos e artefatos de informação, como atuam conjuntamente para desenvolver um contexto de abordagem dos problemas de informação na ambiência de um dado regime de informação, urdindo uma trama onde os participantes da pesquisa entretecem a rede conceitual para uma aplicação teórica no campo da Ciência da Informação.

4 Considerações finais

Nossa pesquisa identificou, ao longo de dez anos, atores sociais e ações de informação no regime de informação do LTI, a saber: docentes e discentes da Graduação em Arquivologia e Biblioteconomia da UFPB e da Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB e da UFBA, que desenvolvem ações formativas em uma comunidade que compartilha práticas sociais, de caráter mediador, através de produtos e serviços disponíveis na Internet, e relacional, a partir das reflexões e proposições resultantes da prática dos atores.

Os dispositivos são constituídos por documentos que legitimam a implementação do LTI no campo científico, como editais, submissão de projetos, termos de concessão, artigos científicos, comunicação em eventos e trabalhos de conclusão de curso. Os artefatos, produzidos pelos atores no curso das ações de informação, tais como tutoriais em tecnologias intelectuais, coleções de vídeos de interesse para o ensino, biblioteca nas nuvens, observatório bibliográfico, constituem produtos e serviços de acesso livre para a comunidade de Ciência da Informação e para a sociedade.

Desse modo, é possível dizer que as ações de informação na rede de projetos do regime de informação do LTI se caracterizam como um valor de informação em si, produzido e direcionado para uma forma de vida constituída “pelas interações duradouras de um grupo que partilha de atividades, situações e experiências comuns” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ (1999, p. 14), definido como “comunidade acadêmica”.

Representam, também, uma ação para infraestrutura de informação, representada pela interface virtual na rede internet, que se propõe facilitar a comunicação da informação produzida cooperativamente pelos atores sociais; e uma ação de meta-informação, por se constituir em objeto de pesquisa teórica, ademais de seus aspectos de pesquisa aplicada, oferecendo oportunidades para reflexão sobre ações de informação em um dado regime de informação, na perspectiva da emergência

da inteligência coletiva.

Os indícios observados confirmam a proposição de González de Gómez (1999) de que as ações de informação se iniciam e desenvolvem em um regime de informação a partir de atores sociais, mediante dispositivos semântico-pragmáticos e estruturas organizacionais aceitos pela forma de vida e apoiados em tecnologias de informação e comunicação. Por sua vez, os dispositivos são definidos no regime de informação da sociedade em rede, que privilegia a forma de vida acadêmica como modo de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos mediante subvenções financeiras e apoio institucional.

A continuidade da pesquisa certamente irá trazer novos e reveladores insights e reafirmar nossa perspectiva do LT*i* como valor de informação, ou informação em si - ao mesmo tempo em que se revela como espaço social para intervenção no regime de informação de uma forma de vida acadêmica atuante no campo da informação, no Brasil.

Referências:

BEARMAN, D.; SOCHATS, K. **Metadata requirements for evidence**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1996.

BELLUZZO, R.C.B. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001. **Anais**. São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/ana8.html>. Acesso em: 13/03/2002.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2015.

COLLINS, H.M.; KUSH, M. **The shape of actions: what human and machine can do**. Cambridge Mass: MIT Press, 1999.

ESPÍRITO SANTO, C. do. **“Quissamã somos nós”**: Pesquisa Participante para Construção de Hipertexto sobre Identidade Cultural. 2003. Dissertação (Mest. Ci. Inf.). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 2003.

FREIRE, G.H. de A. Redes virtuais de aprendizagem na sociedade e na pesquisa. **Encontros Bibli**, v.13, n.25, p.55-67, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p55/847>.

FREIRE, G.H. de A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. 2004. Tese. (Dout. Ci. Inf.). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 2004.

FREIRE, G.H. de A. **A construção de instrumento para comunicação de informação sobre saúde**. 1998.

Dissertação (Mest. Ci. Inf.). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 1998.

FREIRE, I.M. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, v. 4, n.1, p. 70-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102/62100>.

FREIRE, I.M. A rede de projetos do Núcleo Temático da Seca como possibilidade de socialização da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.14, n.2, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/66/1538>.

FREIRE, I.M. O futuro é agora. Você S.A., São Paulo: v.62, p.58, 2003. Ponto de vista.

FREIRE, I.M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Dout. Ci. Inf.). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 2001. Disponível em:

GEERTZ, C. O saber local. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v.32, n. 1, p. 60-76, 2003b. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1020/1075>.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v.15, n.1, p.31-43, 2003a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n1/02.pdf>.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.15, n.2, p. 7-31, 1999. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_6d5abbf137_0008552.pdf.

HABERMAS, J. **Consciência moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÜCK, Heloísa. **Metodologia de projetos: Uma ferramenta de planejamento e gestão**. 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez Ed., 2000.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, 1993. DOI: [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(93\)90006-Y](https://doi.org/10.1016/0306-4573(93)90006-Y)

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v.9, n.4, p.127-140, 1975. Disponível em: <https://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>.

WERSIG, G.; WINDELL, G. Information Science needs a theory of "Information Action". **Social Science Information Studies**, v.5, p.11-23, 1985.